

LOUIS BEGLEY

O Caso Dreyfus

*Ilha do Diabo, Guantánamo
e o pesadelo da história*

Tradução

Laura Teixeira Motta



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2009 by Louis Begley

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Why the Dreyfus affair matters

Capa

Elisa v. Randow

Foto de capa

Alfred Dreyfus. Rennes, França, 1899. Hulton Archive/ Getty Images

Preparação

Eliane de Abreu Santoro

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Valquíria Della Pozza

Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Begley, Louis

O Caso Dreyfus: Ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da história/ Louis Begley; tradução Laura Teixeira Motta — São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Título original: Why the Dreyfus affair matters

ISBN 978-85-359-1778-9

1. Antissemitismo — França — História — Século 19 2. Dreyfus, Alfred, 1859-1935 3. França — História — Terceira República, 1870-1940 4. Processos (Traição) — Aspectos políticos — França I. Título.

10-11220

CDD-940.0812

Índice para catálogo sistemático:

1. Dreyfus : Oficial francês : biografia 940.0812

[2010]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

Sumário

Prefácio	9
Agradecimentos	13
1. “Se não tiverem recebido ordem de condená-lo, ele será absolvido esta noite”	17
2. “O passado nunca está morto”	57
3. “Que lhe importa se esse judeu permanecer na ilha do Diabo?”	90
4. “A verdade marcha, e nada a deterá”	128
5. “Dreyfus foi reabilitado, Picquart chegou a ministro da Guerra, e ninguém fez barulho”	184
Os personagens	201
Cronologia	211
Notas	223
Índice remissivo	231



Fotografia de Alfred Dreyfus tirada pela polícia imediatamente após a cerimônia de degradação militar, 1895 (Harry Ransom Humanities Research Center, Universidade do Texas em Austin. Fotografado por Alphonse Bertillon).

1. “Se não tiverem recebido ordem de condená-lo, ele será absolvido esta noite”

Às nove horas da manhã da segunda-feira 15 de outubro de 1894, um oficial de artilharia francês em treinamento no Estado-Maior do Exército apresentou-se no edifício do Ministério da Guerra na rua Saint-Dominique, no aristocrático *faubourg* Saint-Germain de Paris, obedecendo a uma ordem entregue em seu apartamento no sábado anterior. Era uma convocação de oficiais em treinamento para uma inspeção pelo Estado-Maior. A hora matinal era incomum: as inspeções costumavam ocorrer à noite. Incomum também era a ordem de que o oficial fosse à paisana. Para sua surpresa, ao chegar foi recebido pelo major Georges Picquart, que disse que o acompanharia à sala do chefe, general Charles Le Mouton de Boisdeffre. Mais surpreso ainda ele ficou ao perceber que nem o general nem qualquer oficial em treinamento estavam presentes. Em vez disso, viu um oficial que se apresentou como major Armand Mercier du Paty de Clam e três civis desconhecidos. Du Paty explicou que o general logo voltaria à sala; alegando estar com a mão direita machucada, pediu ao oficial para redigir uma carta. Ditou-a lendo em um documento que logo viria

a ser conhecido como o *bordereau*. Concluída a carta, Du Paty empertigou-se em toda a sua considerável altura, pôs a mão no ombro do oficial e bradou: “Está preso em nome da lei; é acusado de alta traição”. Os civis lançaram-se sobre o oficial e o revistaram.

O oficial de artilharia era, evidentemente, o capitão Alfred Dreyfus, que na década seguinte se tornaria um dos homens mais conhecidos da Europa e talvez do mundo todo. Os três civis eram: o chefe da Sûreté Générale, a polícia ligada ao Ministério do Interior frequentemente incumbida de missões políticas; seu secretário, e Félix Gribelin, arquivista da Section de Statistique (Seção de Estatística), nome dado à unidade de inteligência e contrainteligência do Estado-Maior. Assistindo à cena escondido atrás de uma cortina estava o major Joseph Henry, também da Seção de Estatística. Henry assumiu os procedimentos depois da detenção e escoltou Dreyfus à prisão militar na rua du Cherche-midi, uma longa via na Rive Gauche que leva do sexto ao 15^o *arrondissement*.

Assim, com uma única exceção, os principais atores do drama que se iniciava estavam todos no palco no primeiro ato. Faltava o major Ferdinand Walsin-Esterhazy. Também fora do palco, mas aguardando nos bastidores, estava o alto escalão: o general Auguste Mercier, ministro da Guerra; Boisdeffre; Arthur Gonse, vice-chefe do Estado-Maior; e o tenente-coronel Jean Sandherr, chefe da Seção de Estatística e subordinado de Gonse. No decorrer dos cinco anos seguintes, os três generais inspirariam, ditariam e sancionariam com sua autoridade as ações ilegais e muitas vezes disparatadas de seus subalternos.

Os eventos que conduziram à prisão foram descritos muitas vezes. Em 24 de julho de 1894, o major Esterhazy, um oficial francês, ofereceu-se para vender importantes segredos militares da França ao adido militar alemão em Paris, tenente-coronel Maximilian von Schwartzkoppen. Esterhazy era descendente do ramo francês ilegítimo de uma antiga e ilustre família austro-hún-

gara que nunca reconhecera seus parentes franceses. Sociopata amoral, Esterhazy mentia, intrigava e trapaceava obsessivamente. Vivia endividado; sua mulher, uma aristocrata francesa que o desposara apesar de veementes objeções da família, percebera a necessidade de tomar medidas legais para proteger sua pequena fortuna pessoal contra os esbulhos do marido. Schwartzkoppen hesitara, sem saber se era uma boa ideia empregar um oficial francês como espião, mas, preocupado com a possibilidade de perder oportunidades importantes, acabou por consultar seus superiores em Berlim. Com a aprovação dos chefes, ele aceitou a oferta de Esterhazy. Segundo Schwartzkoppen, no decorrer da hora e meia de uma conversa que tiveram depois na embaixada no dia 1º de setembro, Esterhazy disse-lhe muita coisa interessante e entregou um manual de artilharia e um memorando que ele escrevera. O memorando discorria sobre o novo canhão curto de 120 milímetros que estava sendo projetado pelos franceses, sobre posições de forças francesas e modificações da ordem de batalha de unidades de artilharia, e também sobre planos para a iminente invasão e colonização de Madagascar.¹ A entrega desses papéis foi registrada no *bordereau*, escrito em papel translúcido e deixado sem assinatura e sem data. A referência ao canhão de 120 milímetros era particularmente importante, pois as forças armadas francesas estavam empenhadas em desenvolver uma arma que eliminasse a vantagem na artilharia que havia contribuído para a vitória da Prússia na Guerra Franco-Prussiana de 1870. Pouco depois de ter sido recebido pelo adido, o *bordereau* chegou à Seção de Estatística através de *la voie normale* (“a via normal”).² Esse eufemismo referia-se à sra. Marie Bastian, uma faxineira da embaixada alemã que era paga pela Seção. Um de seus deveres diários era esvaziar o cesto de papéis de Schwartzkoppen e jogar o conteúdo no incinerador. Em vez disso, ela entregava a um representante da Seção de Estatística todos os papéis que encontrasse. O mais das vezes esse

representante era o major Henry, que entre outras coisas era incumbido de lidar regularmente com o numeroso e heterogêneo bando corrupto de funcionários públicos, porteiros e agentes duplos a serviço da Seção.

Essa fora também a trajetória do *bordereau*, que chegou às mãos de Henry em 26 de setembro junto com um lote de outros papéis. Ele havia sido rasgado em vários pedaços, mas, como estava em francês — ao contrário da maioria dos documentos do cesto de Schwartzkoppen —, Henry conseguiu remontá-lo sem ajuda de seu colega, o capitão Jules Lauth, que falava alemão. A importância do *bordereau* ficou bem clara assim que o leu. No dia seguinte, ele mostrou o documento reconstituído a seu superior, Sandherr. A variedade dos segredos vendidos levou Sandherr e seus colegas do Estado-Maior a supor que o traidor deveria ser alguém do ministério com conhecimentos privilegiados. Havia ocorrido outros vazamentos de segredos que pareciam emanar de lá, e a Seção de Estatística fizera investigações, porém infrutíferas. O *bordereau* enfatizava a importância vital de encontrar o traidor.

A nova investigação foi conduzida com uma incompetência quase cômica. A caligrafia do *bordereau* foi comparada com a de outros documentos interceptados em posse da Seção. Não coincidia com nenhuma. Além disso, nenhum dos chefes dos quatro departamentos do Estado-Maior reconheceu a caligrafia como pertencente a algum de seus oficiais subalternos. O resultado foi que, pouco depois de uma semana, o esforço para identificar o autor do *bordereau* estava prestes a ser abandonado. A situação mudou drasticamente em 6 de outubro, quando, como um demônio *ex machina*, o tenente-coronel Albert d’Aboville voltou de férias. Recém-promovido, ele adorou a oportunidade de mostrar serviço e prontamente anunciou que havia descoberto a solução que escapara aos colegas: analisar o perfil do culpado. Segundo D’Aboville, para ser capaz de fornecer dados sobre o canhão, o

autor tinha de ser oficial de artilharia. Além disso, devido à variedade dos temas abordados no documento, devia ser alguém que conhecesse todo o espectro do trabalho do Estado-Maior. Na opinião de D’Aboville, isso reduzia o campo aos oficiais em treinamento, já que eles passavam por todos os departamentos e se familiarizavam com o que se fazia em cada um. Apesar de toda essa segurança arrogante, D’Aboville estava errado: Esterhazy era oficial de infantaria e servia em um regimento de linha cujos conhecimentos sobre os assuntos enumerados no *bordereau* eram limitados e superficiais. Isso não o impedira de mencioná-los: ele escrevia bem e com estilo, e gostava de fazer seus leitores pensarem que ele estava a par de mais coisas do que realmente sabia.

Trouxeram a lista dos oficiais em treinamento, e o nome de Dreyfus logo saltou à vista. Como oficial de artilharia e por estar em treinamento, ele se encaixava nas especificações de D’Aboville. Além disso, tanto D’Aboville como seu superior imediato, o coronel Pierre-Elie Fabre, conheciam Dreyfus e antipatizavam com ele. Fabre inclusive fizera uma avaliação negativa de Dreyfus, na qual reconhecia a inteligência e o talento do avaliado, mas criticava sua pretensão, atitude insatisfatória e falhas de caráter. Foi pedida uma amostra da caligrafia de Dreyfus: para os presentes, ela pareceu semelhante à do *bordereau*. Isso não deveria ser surpresa: naquela época o estilo cursivo inclinado era ensinado em todas as escolas. Gonse e Boisdeffre foram alertados, e este último passou as informações ao ministro da Guerra, general Mercier. O interesse de Du Paty em grafologia era conhecido por seus colegas do Estado-Maior, que lhe pediram a opinião. Depois de estudar as caligrafias durante o fim de semana, Du Paty confirmou a conclusão a que o grupo havia chegado: eram idênticas. Dreyfus era o traidor.

Dreyfus, o único oficial judeu em treinamento no Estado-Maior, estava fadado a ser apontado. O antisemitismo — tanto o já tradicional antisemitismo religioso, como também o econômi-

co e racial — atingira uma intensidade nunca vista antes na França. Embora houvessem mantido relações profissionais corretas com Dreyfus, os oficiais que se preparavam para acusá-lo eram antissemitas. Mesmo que só por essa razão, não gostavam dele. Mas é preciso reconhecer que Sandherr, seus colegas e seus superiores não estavam inventando um crime nem procurando um judeu para bode expiatório. O *bordereau* era um documento real, havia um traidor real em ação, e encontrá-lo era uma tarefa que fazia parte da rotina da contrainteligência da Seção de Estatística. Era isso que aqueles oficiais estavam tentando fazer. A semelhança superficial entre as caligrafias de Esterhazy e Dreyfus também era real. Mas o fato de Dreyfus ser judeu facilitou aos colegas acusá-lo. Não era “um deles” — segundo a propaganda antissemita, Dreyfus, sendo judeu, não era verdadeiramente um francês. Desse modo, seria evitada a mácula da honra do Estado-Maior pelo fato de um oficial francês em suas fileiras ter cometido traição. A presença de Dreyfus no Estado-Maior, embora apenas provisória, era uma anomalia — e o teria sido no Estado-Maior de qualquer exército europeu. Na opinião de oficiais tradicionalistas, aquela infeliz aberração só provava que as modernas reformas no sistema de recrutamento do Estado-Maior, moldadas na prática alemã de basear-se em exames competitivos, haviam sido imponderadas. Pelo sistema anterior de cooptação, um oficial judeu jamais teria sido admitido nos quadros do Estado-Maior, nem teria tido a oportunidade de espionar seus trabalhos.

Pouco mais de uma semana após a prisão de Dreyfus, ainda mantida em segredo, Sandherr procurou Maurice Paléologue no Ministério das Relações Exteriores para, confidencialmente, informá-lo do assunto mais delicado em andamento na Seção de Estatística, um assunto que já ensejara muitos boatos. Paléologue, de 27 anos, era um jovem diplomata no cargo de secretário de embaixada. Era adido da Seção de Inteligência do ministério e repre-

sentante *de facto* do Ministério das Relações Exteriores na Seção de Estatística e, de modo mais geral, no Estado-Maior. Descendente dos imperadores Paléologue de Bizâncio, ele brilhava na sociedade parisiense, o que lhe possibilitava desfrutar de relações de amizade com seu ministro, com o presidente da república e muitos outros homens bens mais velhos do que ele em posições de mando. Paléologue registrou em seu diário os comentários de Sandherr:

O oficial acusado de traição é um judeu, o capitão Alfred Dreyfus, que concluiu recentemente um longo período de treinamento nos vários departamentos do Estado-Maior. Foi assim que ele conseguiu obter tantas informações. Além disso, sua curiosidade indiscreta, sua constante bisbilhotice, seu jeito misterioso e finalmente seu caráter falso e presunçoso, “no qual se reconhecem todo o orgulho e toda a ignomínia de sua raça”, fazem dele um suspeito há muito tempo.³

A afirmação de que Dreyfus estivera sob suspeita antes da descoberta do *bordereau* e da comparação das caligrafias era uma mentira inequívoca e ilustrava o esforço que Sandherr e seu bando haviam feito — e continuariam a fazer — para validar retrospectivamente a acusação de traição e enquadrar Dreyfus em um estereótipo antisemita. Por outro lado, o preconceito contra Dreyfus era real e explica por que o caso contra ele foi mal conduzido. Se Dreyfus fosse um típico oficial do Estado-Maior — católico e oriundo de uma família militar ou aristocrática, ou um membro da sólida burguesia católica ou protestante —, teria sido exigido um exame muito mais objetivo e abalizado das duas caligrafias, além de um motivo para o crime, antes de ser feita uma acusação contra ele. Mas os acusadores de Dreyfus diziam a si mesmos que ele era um homem sem pátria e, como todos os judeus, um traidor por natureza.